

6 Com. Brasil

Nem todos são tão otimistas...

Pensa o ministro Fernando Henrique Cardoso que, recorrendo à televisão, conseguirá convencer a sociedade civil de que seu programa econômico permitirá ao Brasil derrubar a inflação e voltar a crescer? Será essa mobilização nacional capaz de levar o Congresso a aceitar suas propostas destinadas a equilibrar o Orçamento?

A equipe econômica não escolheu certamente o caminho mais fácil para chegar ao milagre que o Brasil vem esperando desde 1981. Ela pretende que, voluntariamente, os agentes econômicos optem por uma nova moeda e uma política que permita chegar ao equilíbrio das finanças públicas.

Esse desiderato, segundo o ministro, poderia ser atingido, por um lado, pela obtenção de um crescimento da arrecadação mediante uma elevação de 5% de to-

dos os tributos e, por outro, pela constituição de um fundo equivalente a 15% da receita, notadamente no caso das transferências aos Estados e municípios. Mas, para que se constitua tal reserva, torna-se absolutamente necessária uma reforma da Carta Magna. O ministro está convencido de que obterá facilmente o aumento que ora propõe, abrigando também a esperança de que o Legislativo não lhe recusará, em tempo útil, a modificação constitucional que está solicitando.

No primeiro caso, está-se registrando uma inconformidade das entidades de classe, cansadas de ver a sociedade pagar, cada vez mais, tributos. Elas advertem que, consumado o mencionado aumento, só lhes restará elevar seus preços. Sério aviso no momento em que o governo se empenha em reduzir a taxa de inflação. Paralela-

mente, verifica-se que o líder do governo na Câmara, Roberto Freire, não poupa críticas a uma proposta tendente a agravar a tributação que recai sobre as classes populares. Fica assim patente que as pretensões do Planalto não serão facilmente aceitas...

Mas, certamente, a maior dificuldade será levar o Congresso a concordar com uma emenda constitucional que reduz, em 15%, as transferências aos Estados e municípios. Os governadores já se declararam dispostos a mobilizar suas respectivas bancadas no Parlamento para vulnerar tal modificação. Argumentam que o governo federal está fazendo economias à sua custa.

Ademais, mesmo que se admita que os recursos do fundo sejam repassados aos Estados e municípios, precisariam convencer-se de que a União sabe gastar mais ajuizadamente do que eles. O ministro está anunciando que os Estados e

municípios, bem assim os ministérios atingidos pelo corte de receitas, nada sofrerão, uma vez que as receitas crescerão 15% no próximo ano, o que necessitaria de comprovação por se saber que, havendo redução dos

gastos (mas não dos impostos), a conjuntura econômica ficará menos favorável. Para convencer a sociedade de que a nova moeda será melhor, terá o ministro de convencê-la, antes, de que já conseguiu zerar o déficit público...

O Plano FHC2 encontra oposição dos que decidem e não convence a sociedade de sua eficácia

ESTADO DE SÃO PAULO